

Discurso na cerimônia alusiva ao primeiro ano de implementação do Programa Nacional dos Direitos Humanos

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 13 DE MAIO DE 1997

Senhora Presidente do Conselho da Comunidade Solidária, Ruth Cardoso; Senhor Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel; Senhor Ministro interino da Justiça, Dr. Milton Seligman; Senhores Membros do Corpo Diplomático; Senhores Ministros de Estado; Senhores Senadores e Deputados estaduais; Senhor Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, Deputado Federal Pedro Wilson; Senhor Secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori; Senhor Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Dr. Amílcar Gazaniga; Senhores representantes dos organismos e entidades dedicados à defesa dos direitos humanos; Senhoras e Senhores,

Mais uma vez, na data simbólica que nós escolhemos para fazer referência à questão fundamental dos direitos humanos, nos reunimos neste Palácio para – não é uma comemoração: é uma lembrança – recordar a importância da luta em defesa dos direitos humanos.

Nas palavras do Dr. José Gregori, que ocupa essa Secretaria, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, é, como eu disse em São Paulo, um verdadeiro Ministério, no sentido mais genuíno da expressão, no

sentido de que é preciso que se ministre ao País a concepção nova da nossa preocupação fundamental com os direitos humanos. Na palavra de Sua Senhoria, nós vimos, resumidamente o esforço que tem sido feito. E isso foi reafirmado pelo Dr. Seligman, que fez questão de recordar que o Ministro Nelson Jobim, quando então no exercício dos misteres da pasta da Justiça, permitiu que nós transformássemos o Ministério da Justiça num Ministério da Cidadania.

Hoje, as expressões aqui ouvidas do Dr. Gregori e do Dr. Milton Seligman, corroboradas pelos documentos que me foram entregues, tanto sobre a criança quanto sobre a valorização das populações negras, são exemplos muito vivos da nova concepção desse que é, ao mesmo tempo, Ministério da Justiça, ou seja, das leis, e Ministério da Cidadania, dos grupos da sociedade que se movimentam para que essas leis possam ter efetividade. Creio que essa é a questão fundamental, no que está ocorrendo neste momento no Brasil.

No que diz respeito aos direitos humanos, nós estamos numa fase mais nova, mais ampla e mais difícil. Muitos dos que aqui estão presentes – não os nomino para evitar que omita alguns – participaram, e eu participei também, de uma outra fase dessa mesma luta, em que, praticamente, havia a coincidência entre a luta pela democracia no sentido político e a luta pelos direitos humanos. Os direitos humanos surgiram com ímpeto na cena brasileira, ao mesmo tempo que nós lutávamos contra o autoritarismo. E ali era, diretamente, a cerceação da liberdade, era a tortura, era o império do arbítrio que atingia, na verdade, a uns poucos que militavam ou que se pretendia que militassem em defesa da liberdade e da democracia. Confundiam-se, portanto, e era uma confusão correta, uma coincidência desafortunada, na verdade, direitos humanos e liberdade política. Essa nós superamos. Essa, o Brasil teve a capacidade de superar. E, já nessa nova ótica dos direitos humanos tal como nós, atualmente, os estamos praticando, de alguma maneira estamos encerrando aquele passado.

A comissão que foi criada por uma lei do Congresso, e com o apoio do Governo, a respeito dos desaparecidos e das violências praticadas é, na verdade, um esforço de se colocar um ponto final numa página

negra da nossa história. Mas, aí, nós nos deparamos com um caminho muito mais longo, que é aquele que diz respeito não apenas à transgressão de direitos humanos sob o aspecto político, quando, então, na verdade, era o Estado quem exercia a violência, para alguma coisa muito mais até difícil, que é a existência do desrespeito aos direitos humanos, da discriminação, da violência no nível geral da sociedade.

Essa é a nova fase. É por isso que eu refiro, aqui, que o Ministério da Justiça é também, hoje, o Ministério da Cidadania. Nessa nova fase, não se pode imaginar que o Estado esteja isento de responsabilidades. Ao contrário. Toda a nossa política vai na direção de dar ao Estado, ao Governo, às administrações a consciência da sua responsabilidade. Mas é uma nova fase, que não poderá ser superada senão como foi a primeira, com o apoio do conjunto da cidadania, da sociedade. Não se trata, portanto, de um programa para o Governo. É um programa de entrelaçamento de vontades, de consciências e de objetivos entre o Governo e a sociedade brasileira.

Essa nova fase implica, portanto, uma imensa capacidade de diálogo, de compreensão e de respeito às divergências, eventualmente existentes, de pontos de vista; e de superação, no campo dos direitos humanos, de quaisquer outras diferenças, notadamente as partidárias; e, notadamente, da antiga oposição entre Estado e sociedade. É um momento, portanto, aí, de comunhão entre vontades, independentemente da situação de cada um no Estado ou na sociedade, da posição de cada um, dentro da sociedade, em cada uma das classes; e da concepção que cada um tenha no que diz respeito à melhor maneira de gerir o Estado. Os políticos, os partidos políticos é que devem encaminhar esse aspecto da diferenciação da cidadania. Aqui, não. Aqui nos juntamos todos, nos irmanamos, efetivamente, em termos de religiões, em termos de partidos políticos, em termos de Estado ou de sociedade. Porque é alguma coisa que transcende e que é fundamental, é algo natural, quase, a necessidade de que se respeite a liberdade, de que se respeite a integridade da pessoa física, que se evite qualquer tipo de discriminação e que se construa uma sociedade baseada em valores profundamente pluralistas e democráticos.

A fase é difícil, é ampla, requer um esforço imenso, mas não é impossível. Há aspectos que são emblemáticos dessa nova fase. Aquele aspecto que mais de imediato provoca uma reação, e provoca em mim, como há de provocar em todos, surge quando, de novo, o Estado ou agentes do Estado praticam desrespeito aos direitos humanos. É a fase que mais provoca repulsa, como nós vimos, recentemente, em tantos episódios que envolveram matanças, desde as matanças de Carajás até as matanças mais recentes em Diadema. Bom, aqui, no caso de Brasília, da morte de um dos índios pataxós, não foi o Estado. Mas, de qualquer maneira, quando há um envolvimento do Estado, mais profundamente nos revolta. Revolta porque, queiramos ou não, nós somos responsáveis, embora não individualmente responsáveis, mas coletivamente responsáveis. É por isso que eu determinei ao Ministro-Chefe da Casa Civil que inste a todos os funcionários de responsabilidade, do Governo, os que têm DAS, os que são ministros, os que exercem funções em empresas públicas, para que, num prazo curto, nos informem o que estão fazendo para que esse programa seja verdadeiro.

A responsabilidade nesse aspecto é nossa. É nossa, e nós não queremos nos furtar a isso. Claro, até nos magoa quando uma responsabilidade que é institucional se transforma em responsabilidade pessoal, que não temos. Aí, é o equívoco de quem acusa, ao confundir a responsabilidade institucional com a pessoal. Pelo contrário, somos pessoas que estão lutando em favor desses direitos. Mas não fugimos à nossa responsabilidade institucional.

E, ao não fugir, nós temos que, também, ainda nessa nova fase, ser muito estritos na cobrança, dentro do aparelho do Estado, do exercício de todos os valores aos quais dedicamos a nossa vida. E não somos só nós aqui. Aqui há muitos que têm a sua história marcada pela luta em prol dos direitos humanos. Mas não é só nesse aspecto, digamos, de momento de recidiva da violência dentro do setor estatal. Há outros aspectos que provocam em nós – e esse “nós” não sou eu, esse “nós” é a comunidade brasileira – uma reação forte. É que muito do que antes ocorria e que não provocava reação nem registro, hoje é registrado e provoca reação.

Ao contrário do que os mais apressados possam pensar – que estamos indo de mal a pior –, nós estamos indo de mal a melhor. Estamos dando conta ao País de que existem fatos graves no campo dos direitos humanos. Estamos nos rebelando contra eles e nos organizando para que eles não ocorram. Essa é a fase que nós estamos vivendo agora. Quando se queima um índio, ou quem seja, um mendigo ou quem seja, isso tem que provocar, como provocou, uma forte repulsa na sociedade. E, lamentavelmente, esses casos ocorreram sempre no Brasil, sempre por ação de um conjunto desatinado de setores da nossa chamada elite, que se comprazem em fazer violência contra os mais indefesos. Só que agora isso provoca uma reação em cadeia, porque essa é outra cobrança justa, a da punibilidade. A mim me chocou profundamente.

A ação positiva do Ministro da Justiça foi sempre auxiliada pelos que aqui estão presentes, do Ministério da Justiça e de outros setores do Governo, notadamente da Casa Militar da Presidência da República e de setores da Forças Armadas. Chocou-me profundamente, numa visita que se fez, e não foi a única, às áreas onde ocorreram os abusos, o massacre de Eldorado de Carajás, a lentidão dos processos que levariam ao julgamento, não digo nem à condenação. Depois de tudo refeito, por instâncias do Ministro da Justiça, o Ministro me informa que talvez no ano 2000 se comece o julgamento. E eu estou fazendo, como está todo o Governo, tudo que é possível dentro da lei.

E a lei, muitas vezes, faculta a delonga. Nós vivemos num Estado de Direito e prezamos muito o Estado de Direito. Os que têm maior consciência podem até entender as necessidades de delongar para que todos os trâmites do devido processo legal sejam seguidos. Mas a cidadania se impacienta, com justa razão, pela existência de tantos entraves que, muitas vezes, colocados na lei de boa-fé, são utilizados como chicana para impedir o exercício da Justiça. Eis aí um terreno onde nós vamos ter que trabalhar muito para que não paire sobre o nosso país essa sensação de que “Ah, não vai acontecer nada, porque há recursos, há mecanismos que acabam assegurando a não-punibilidade”. Mas nós temos atuado.

Ainda mesmo no que diz respeito a essas áreas do Brasil onde praticamente o desrespeito aos direitos humanos deriva do fato da inexis-

tência da ação presente do Estado, do Governo, estamos começando a nos reorganizar para que possamos estar presentes, e não o Estado com a mão que pratica violência, mas um Estado com a mão que susta a violência.

Recentemente, no sul do Pará, foi feita uma operação conjunta da Polícia Federal e de setores das Forças Armadas para provocar o desarmamento. E houve efeito positivo. Os relatórios indicam – eu não quero cansá-los com números que nem sei de cor – que houve apreensão considerável de armas, de munições. E deu-se o fato de que, em região de violência, em região onde os abusos são continuados, em região onde os assaltos a banco, sobretudo, são muito grandes, essa violência cessou com a presença do Estado. Nós temos que multiplicar as ações do Estado nessa direção.

E só podemos, efetivamente, tomar essas medidas porque nós havíamos tomado medidas anteriores, fazendo com que o porte de armas fosse regulamentado e que houvesse, então, condições de, efetivamente, nós atuarmos nessa direção sem que nós próprios, pela ausência da lei, pudéssemos ser inquinados de estarmos praticando um ato de ilegalidade. Foi preciso o apoio do Congresso, que obtivemos, para que o porte fosse regulamentado e para que nós pudéssemos, então, ter uma atuação mais direta.

Pode parecer estranho aqui, à audiência aqui presente o que lhes vou dizer, mas, há algum tempo já, enviei ao Congresso uma medida definindo responsabilidades, para que se pudesse abater aviões. Pode parecer insano que no Dia dos Direitos Humanos se fale nisso, mas é que até hoje não existe uma regulamentação que impeça, efetivamente, o contrabando e o narcotráfico aéreos, porque nós não dispomos de instrumento legal. E, sendo ilegal, o Presidente da República não dá a ordem, não pode dar a ordem. E é preciso que se defina em que condições.

Mas isso vem ao tema que aqui foi mencionado, de que nós temos que compatibilizar a segurança com o respeito aos direitos humanos. Há momentos em que a segurança é condição necessária para o respeito aos direitos humanos, como no caso mencionado, do sul do Pará.

É a mesma questão no que diz ao tráfico e ao contrabando. Esse tráfico, sobretudo o narcotráfico, está levando ao crime infantil, está levando ao aumento da prostituição, infantil também, e nós não podemos ficar impotentes, sem uma política de segurança muito clara, democrática, com a sustentação da cidadania, que faça com que os responsáveis digam: “Coiba-se a que preço seja, dentro da lei.”

Pode parecer que são coisas menores. Mas são coisas maiores a reconstrução, no Brasil, dentro da democracia, de um Estado que assegure ao cidadão a sua liberdade, a sua capacidade de decisão não coibida por fatores alheios à decisão da própria cidadania.

Essa luta, da qual dei aqui apenas alguns exemplos, é imensa, é contínua, mas ela tem que se dar, e vai sendo progressivamente travada por todos nós. Avanços já existem.

No campo da discriminação – não quero cansá-los –, veja-se o que foi feito no Ministério da Educação a respeito da revisão dos livros didáticos, para evitar a discriminação contra a mulher, contra o negro, contra o índio. A revisão dos currículos, dos parâmetros curriculares fundamentais é uma revolução, em matéria educacional, com plena liberdade, com discussão aberta, para que não se possa imaginar que existe um *fiat* governamental obrigando a ler um texto único. Mas há critérios, e nesses critérios há que preservar os valores fundamentais da liberdade, dos direitos humanos e do respeito à diversidade e às minorias.

Estamos avançando nessas questões. Estamos avançando em outras questões extremamente delicadas, como a questão indígena. E quanto trabalho me deu mostrar, aqui dentro e lá fora, que, de fato, o que o Ministro Jobim propôs na questão indígena foi regulamentar de modo a estabilizar as relações jurídicas. Não houve qualquer grupo indígena que tenha sido prejudicado pela medida que foi por nós implementada. Pelo contrário, hoje existe uma situação de segurança, no que diz respeito à questão das populações indígenas, embora não exista ainda a demarcação – muitas em marcha, já – e a homologação em uma enorme quantidade. Os indígenas brasileiros controlam 11% do território nacional e são 300 mil pessoas. Mas 300 mil pessoas que precisam controlar esses 11%, porque isso é um compromisso, diga-

mos, cultural e histórico nosso e é até uma forma de preservação da natureza.

Custou a fazer com que aqueles grupos mais sensíveis, em vez de se deixarem apaixonar sabe Deus inspirados pelo quê – e, certamente, de boa-fé –, entendessem que o nosso objetivo era o de garantir, juridicamente, a situação dos indígenas. Absolutamente não seria compatível, muito menos, com alguém que é sócio da Associação Antropológica Brasileira desde a sua fundação, ter uma medida contra os indígenas. Mas as dificuldades são grandes. Até que a sociedade vá deslindando e entendendo, ela desconfia, e é natural que desconfie. Mas avançamos.

Avançamos, portanto, em vários setores. E, agora, nós estamos avançando, também, no setor que recentemente foi referido, esta manhã, aqui, que é o da questão das crianças, do direito das crianças, da questão relativa ao controle da prostituição infantil. E a preocupação é tanta, que, agora, no ano de 97, a questão do prêmio de direitos vai ser “Direitos Humanos: a Contribuição da Juventude”.

Enfim, sem negar as imensas dificuldades, sem negar que procedam as críticas, que poderão dizer “Bom, foi feito um plano, tem metas; mas o que foi feito?”, estou tratando de mostrar-lhes que alguma coisa foi feita, com empenho, com absoluta determinação, e que muito mais terá de ser feito.

Tenho dito, nos últimos tempos, que, ao se avaliar uma política pública, a pergunta correta não é contrastá-la com a herança existente, que é imensa, de dificuldades e de desafios. A pergunta correta é saber se estamos indo na direção de diminuí-los ou de aumentá-los ou se as políticas são indiferentes a um legado tão perverso que nos tocou, por séculos de injustiça. Essa é a pergunta correta.

Mas não nos deve desanimar o fato de, diante de um legado imenso, quando se olha o caminho que se percorreu, se dizer: “Meu Deus, só isso?” É que esse “só isso” é um começo importante. Esse “só isso” é uma espécie de farol que vai iluminar não apenas o nosso caminhar, mas o caminhar das gerações que virão. É o rumo que se muda. Aqui, nestes documentos que têm sido feitos, tem se insistido em que o rumo mudou. O Estado, como instituição, não aceita violência, não compartilha dos valores da violência, não justifica, não legitima a violência.

E, hoje, a sociedade se junta na mesma campanha, para que, realmente, nós possamos, culturalmente, mudar o Brasil.

Mudanças culturais não se fazem por decretos. Mudanças culturais se fazem pelas práticas, se fazem num processo, se fazem no contexto até mesmo do embate. Mas elas estão ocorrendo. O programa dos direitos humanos implica uma mudança cultural. Teremos que ter a humildade de saber que não se fará tudo que é necessário, mas também a convicção de saber que, sem que se faça o que se está fazendo, e mais e mais e mais, nós, aí, seremos responsabilizados perante as nossas consciências e perante a História por não termos alterado aquilo que nos era dado alterar.

Esse é o roteiro – e termino lhes fazendo quase um apelo –, um roteiro que não pode ser percorrido por funcionários, não pode ser percorrido por políticos: tem que ser percorrido por funcionários, por políticos e pelo conjunto das forças mais conscientes da sociedade brasileira, que entendem o tamanho do desafio, mas que têm convicção dentro delas para saberem que é possível enfrentá-lo. E eu tenho essa convicção.

Agradeço aos que estão aqui. Sei também que são pessoas de convicção e de boa-fé.

Termino cumprimentando-os, cumprimentando o Dr. José Gregori, o Ministro Seligman, referindo-me, outra vez, ao Ministro da Justiça, mas, sobretudo, cumprimentando aquelas centenas, talvez milhares, cujos nomes nem conheço e que estão juntos, juntos conosco, lutando pelos direitos humanos.

Muito obrigado.

